

O PCB e a composição social dos Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)



Raquel Oliveira Silva

Doutoranda em História Social
Universidade Federal da Bahia

Resumo:

Este artigo tem como objetivo investigar quais eram as principais categorias sociais representadas nos Comitês Populares Democráticos dos bairros de Salvador, entre os anos de 1945 e 1947. Também é abordada neste texto a questão da participação da juventude e das mulheres nesses organismos ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

Palavras-chave:

Partido Comunista do Brasil (1922-1960)
Brasil — História — 1945-1955
Bairros — Salvador (BA) — Condições sociais

Este artigo é resultante de minha pesquisa de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira.

Implantados num contexto de redemocratização, após o fim da ditadura do Estado Novo, e de legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB), passados vinte e três anos de clandestinidade, os Comitês Populares Democráticos tinham como objetivo a ligação das massas com os comunistas, por meio da luta por reivindicações imediatas de interesse de melhoria de vida nos bairros e grupos envolvidos.¹ De acordo com Sônia Serra, os Comitês aliavam ao movimento reivindicatório a participação popular em mobilizações “como a luta pela convocação imediata da Constituinte, as manifestações antifascistas e anti-integralistas e especialmente o trabalho de alistamento e esclarecimento eleitoral”.² Também chamados de Comissões Populares Democráticas, esses organismos visavam, na linha de ação do PCB, a organização da sociedade civil nos moldes democráticos, além da ampliação das bases do partido, “incorporando às suas fileiras um número cada vez maior de filiados, através de um programa de apoio às reivindicações populares, fora de organismos formais, como o sindicato”.³ Esperava-se que em cada bairro se formasse um núcleo que reivindicasse as necessidades mais urgentes da população local. Havia Comitês espalhados por todo o Brasil, até mesmo na Bahia, abrangendo a capital e os municípios do interior.

Segundo João Falcão, a essa época, o Partido Comunista do Brasil atravessou “uma fase de excepcional prestígio”.⁴ A anistia geral aos presos políticos do Estado Novo, em abril, e o novo Código Eleitoral, de maio, permitiram ao PCB ressurgir como força política e social. O clima de triunfo sobre o fascismo, no exterior, baseado numa aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, e da qual o Brasil participara, ajudou a melhorar a reputação do Partido Comunista dentro do país. A nova atmosfera era simbolizada pelo reconhecimento da União Soviética, por parte de Getúlio Vargas, também em abril de 1945. Todas essas mudanças proporcionaram o arcabouço legal para a reorganização do PCB. A partir de então,

1 O Partido Comunista a que se refere este trabalho denominava-se, durante a década de 1940, Partido Comunista do Brasil (PCB). Mais tarde, passaria a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Na década de 1960, o partido sofreu uma divisão e surgiu, então, a agremiação de linha maoísta, com o título de Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ver Arnaldo Spindel, *O Partido Comunista na gênese do populismo*, São Paulo, Símbolo, 1980, p. 17.

2 Sônia Serra, *O Momento: história de um jornal militante*, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987, p. 114.

3 Petilda Serva Vazquez, *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986, p. 83.

4 João Falcão, *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*, Salvador, Contexto e Arte, 2000, p. 303.

a agremiação cresceu enormemente, gozando de “prestígio moral de identificação como o povo soviético, que havia suportado a agressão nazista na Europa”.⁵ Passando de partido ilegal, com cerca de dois a três mil militantes clandestinos, para cinquenta mil legais, o PCB ampliou rapidamente sua organização em milhares de células estudantis, intelectuais e de trabalhadores urbanos e rurais, atuando em escolas de nível superior, fábricas, fazendas, empresas e bairros.⁶ Nas eleições de 1945, o partido conseguiu uma importante votação, elegendo, para a Assembleia Nacional Constituinte, quatorze deputados e um senador.⁷

Diante disso, os comunistas queriam assegurar o seu espaço político legal e, para tanto, jogavam toda a sua capacidade mobilizadora na organização popular e na construção das bases do partido, dirigindo seus esforços maiores a um programa que beneficiava a criação de organismos que agregassem a classe trabalhadora, a exemplo do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) e dos Comitês Populares Democráticos.⁸ Esses núcleos podem ser entendidos como parte da estratégia comunista de revolução democrática, sendo direcionados não apenas no sentido de mobilização, organização e educação do proletariado, mas também no de fortalecimento e ampliação da ligação deste com o Partido Comunista.⁹

O MUT era uma organização intersindical dos trabalhadores que buscava reunir e organizar os dirigentes sindicais e estimular a sindicalização dos trabalhadores, a fim de fortalecer a almejada unidade operária, defendida historicamente pelos comunistas.¹⁰ Segundo Petilda Vazquez, não era intenção dos comunistas que o MUT fosse um órgão paralelo ao sindicato, mas que servisse para a sustentação e a propulsão de seu crescimento, atuando na convergência e na unidade dos trabalhadores, uma espécie de Central Sindical Comunista.¹¹ Caracterizando-se como um

5 Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 87.

6 Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*, São Paulo, Ática, 1987, p. 440.

7 Luiz Carlos Prestes foi eleito senador pelo PCB em cinco estados, o que na época era permitido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Na Bahia, para a Câmara Federal, o Partido Comunista elegeu Carlos Marighella, com 5.187 votos. Serra, *O Momento*, p. 56.

8 Vazquez, *Intervalo democrático*, p. 81.

9 Marcos César de Oliveira Pinheiro, *O PCB e os Comitês Populares Democráticos da cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 35.

10 Pinheiro, *O PCB e os Comitês Populares Democráticos*, p. 115.

11 Vazquez, *Intervalo democrático*, p. 86.

órgão “sem distinção de credos políticos e religiosos”, o MUT, sob a liderança comunista de Manuel Batista de Souza, buscou apoio de setores independentes e do PTB, no auge da campanha anti-integralista, para a realização de assembleias e comícios operários. Na prática, o MUT se apresentou como um órgão de fortalecimento dos trabalhadores, ligado ao Partido Comunista.¹² Defendia a mais ampla sindicalização, salários justos, redução da jornada de trabalho para seis horas, direito de greve e liberdade sindical.¹³

Já os Comitês Populares Democráticos se constituíram em órgãos cuja tarefa principal era organizar o povo, no sentido de desenvolver o trabalho de massas. Na edição de 4 de junho de 1945, *O Momento* publicou o trecho do pronunciamento do dia 23 de maio, em que o “Cavaleiro da Esperança” indicou a fórmula que, segundo ele, tornaria possível ao povo uma participação realmente efetiva no movimento que asseguraria ao Brasil o caminho pacífico para a democracia, com o fim da ditadura do Estado Novo. Isso seria conseguido mediante a “organização do povo em amplos comitês nos locais de trabalho, nas ruas e bairros. Comitês Populares Democráticos que, unidos, pouco a pouco, constituirão [...] as organizações democráticas de cada cidade, região ou Estado, até a grande união nacional”.¹⁴

Seguindo esse plano, em junho de 1945, já existiam em Salvador inúmeros Comitês Populares Democráticos, como os dos bairros da Liberdade, do Santo Antônio, Pelourinho, Itapagipe, Sete Portas, entre outros.

“Como formar um comitê?”

A organização dos Comitês Populares Democráticos se dava, principalmente, em duas frentes: aqueles que se envolviam nos problemas dos bairros e os comitês profissionais, que tinham a função de atuar perante os sindicatos, sobretudo naqueles em que o partido não era parte da diretoria, destacando-se também como representações por categoria voltadas para os problemas nos locais de trabalho. Entretanto, os Comitês não se constituíram apenas por critérios de moradia (bairros) ou de categorias

12 Vazquez, *Intervalo democrático*, p. 87.

13 Tavares, *História da Bahia*, p. 441.

14 *O Momento*, 4 jun. 1945.

profissionais, podendo se estabelecer por critério de associação para fins diversos. Entre alguns exemplos, podemos citar o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos e as Uniões Femininas. No caso dos comitês profissionais, Marcos Pinheiro, que estudou os Comitês Populares da cidade do Rio de Janeiro, acredita que esses núcleos eram as organizações de base do MUT para atuar nos sindicatos. Como não foram encontrados nas fontes indícios de que a mesma coisa se deu em Salvador, este trabalho não focou sua análise nos espaços sindicais. Afinal, o interesse aqui foi o de investigar a atuação dos Comitês Populares nos bairros de Salvador, numa época em que o PCB se propôs a desbravar um terreno relativamente novo em sua trajetória política. Ou seja, quando os militantes comunistas procuraram se mostrar os defensores mais eficazes das demandas populares nos locais de moradia, embora, previamente ao partido, houvesse outros sujeitos políticos atuando entre a população dos bairros.

De acordo com Sena Júnior, os Comitês Populares Democráticos foram criados com o objetivo de atender às demandas de todo o povo, sem se restringir apenas aos locais de trabalho. Assim, “para um segmento não necessariamente vinculado ao mundo do trabalho, nada melhor do que buscar a inserção do partido em espaços onde antes havia o vácuo político ou, então, a presença de lideranças pouco experimentadas nas lutas cotidianas forjadas na conjuntura da guerra”.¹⁵

Entretanto, como lembra Marcos Pinheiro, vale a pena recordar que nos momentos críticos, após os acontecimentos de novembro de 1935, a organização comunista, profundamente golpeada e desarticulada, sobrevivia com grandes dificuldades na forma de células de base, nas quais a militância de base do partido procurava manter sua ligação com a classe trabalhadora, não abandonando as questões prementes do cotidiano dos trabalhadores.¹⁶ Seria decisiva essa atuação dos comunistas para que as atividades partidárias com os trabalhadores fossem retomadas a partir de 1945. Além disso, a presença política dos comunistas nos movimentos de massas se intensificou nas condições em que o conflito mundial passava a interferir na vida cotidiana. A política nacional e internacional passava a ser, acima de tudo, um tema permanente na vida dos indivíduos comuns, e os militantes do

15 Carlos Zacarias Figueiroa de Sena Júnior, *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-48)*, São Paulo, Annablume, 2009, p. 240.

16 Pinheiro, *O PCB e os Comitês Populares*, p. 52.

Partido Comunista pareciam ter compreendido que não era possível fazer a transformação sem a participação das massas.¹⁷

Portanto, o PCB foi sem dúvida um dos agentes responsáveis pela valorização da participação política dos setores populares, em especial dos trabalhadores. Nos sindicatos, locais de trabalho ou nos bairros, por meio dos Comitês Populares Democráticos, os comunistas desempenharam um papel de considerável relevância na tentativa de articulação entre os acontecimentos do dia a dia e a vida política nacional. Isso foi indispensável para o PCB, não somente por posições teórico-ideológicas, mas em termos de sua sobrevivência e atuação. Na conjuntura política de 1945, o PCB percebeu o potencial do povo a partir dos seus próprios locais de moradia, procurando capitalizar a capacidade organizativa e mobilizadora dos Comitês Populares e convertê-la em poder político, constituindo-se como elemento de influência na arena política nacional.¹⁸

Enquanto organismos que buscariam agregar a população dos bairros pela solução de seus problemas cotidianos, os Comitês Populares Democráticos dispunham de terreno fértil para suas atividades, pois a maior parte da população dos bairros de Salvador vivia em condições difíceis. Se a Bahia dispunha na época de lideranças políticas de prestígio nacional, integrantes dos blocos de poder, uma burguesia comercial e agrária de certo peso, intelectuais de renome, com alguma vida social e cultural, era na verdade em seu conjunto um Estado pobre.¹⁹ Mesmo na capital, a maioria da população recebia salários muito baixos ou nem regularmente assalariados eram. O povo comia mal, pois a alimentação era cara; morava em habitações precárias e insuficientes; e se locomovia nos superlotados bondes da americana Companhia Linha Circular. Para Maria Victoria Espiñeira, embora tenha dado liberdade para a população pobre expressar publicamente os seus problemas, com o fim da ditadura varguista, o pós-guerra vem para agravar esses problemas “que até então estavam encobertos pela atuação do regime de força do Estado Novo”.²⁰

17 Sena Júnior, *Os impasses da estratégia*, p. 138.

18 Pinheiro, *O PCB e os Comitês Populares*, p. 38.

19 Serra, *O Momento*, p. 26.

20 Maria Victória Espiñeira Gonzalez, *O Partido, o Estado e a Igreja nas Associações de Bairros de Salvador*, Salvador, Edufba, 1997, p. 28.

Os Comitês Populares Democráticos foram núcleos que visavam organizar a população, atentando para todas essas questões. Em entrevista ao jornal *O Imparcial*, o comandante Roberto Sisson, ex-dirigente da ANL, discorreu sobre essas comissões.²¹ As declarações de Sisson referem-se, principalmente, à utilidade dos Comitês Populares Democráticos para a preparação e a organização de militantes do partido. O comandante ressaltou a importância dos Comitês Populares, sobretudo quando urbanos, para a aplicação de teorias sociológicas, possibilitando, dessa maneira, o conhecimento do Brasil: sua geografia, economia, política, seu povo, suas riquezas, bem como suas perspectivas de industrialização. Nesse sentido, os comitês de distritos rurais não deveriam ser esquecidos, para a incorporação das massas do campo “em nossa vida econômica, política e cultural”. Com efeito, esses comitês rurais deveriam merecer uma atenção especial, “decorrente de nossa falta de prática no assunto”, devendo ser ligados aos comitês urbanos, pois, de acordo com Sisson, não poderia haver solução progressista para os “grandes problemas das nossas cidades sem se resolverem concomitantemente os grandes problemas do campo”. Dada a sua experiência na Aliança Nacional Libertadora, o comandante constatou que pequenas dúvidas quanto à organização popular muitas vezes “protelam por muito tempo a concretização de pequenas organizações básicas do povo”. Daí a necessidade de saber exatamente como instituir um Comitê Popular Democrático.

Na capital baiana, a ideia da fundação dos Comitês Populares Democráticos foi lançada numa reunião na sede da União dos Estudantes da Bahia (UEB), aparentemente em junho de 1945. Levando em consideração que Luiz Carlos Prestes propôs a formação das Comissões Democráticas em seu discurso do dia 23 de maio daquele ano, conclui-se que o Comitê Regional da Bahia contava com uma ampla organização, pois foi possível implantar os Comitês em Salvador já no início do mês seguinte.²² Segundo o jornal *O Momento*, a principal finalidade destes organismos era trabalhar pela resolução dos problemas de interesse geral, tais como a criação de escolas públicas, melhor iluminação, melhor calçamento, fundação de postos de saúde, saneamento, vigilância contra o “câmbio negro” e a especulação nos preços dos gêneros, bem como todas as demais questões de interesse

21 *O Imparcial*, 5 jun. 1945.

22 É possível deduzir que os Comitês Populares Democráticos foram lançados em Salvador no início de junho de 1945, porque a notícia desse lançamento saiu na edição de *O Momento* do dia 4 desse mês.

coletivo surgidas nos bairros. Apesar de serem animadas por comunistas, as Comissões Democráticas Populares foram idealizadas para não terem qualquer finalidade partidária. Entretanto, também deveriam se dedicar a causas mais amplas, exigindo:

a cooperação de todos os patriotas e democratas para o esclarecimento público sobre a necessidade de eleições livres e honestas, sobre a importância do voto consciente, combatendo-se deste modo o espírito de fraude e de suborno eleitoral; vigilância democrática contra a quinta-coluna, particularmente contra os desagregadores integralistas que continuam fiéis ao credo verde.²³

Quando do lançamento dos Comitês Populares Democráticos em Salvador, vários desses núcleos foram organizados e postos em atividade nos bairros da capital baiana. Diferentemente dos municípios do interior, Salvador não teve apenas um, mas vários Comitês Democráticos espalhados por seu território. Entre os primeiros a serem implantados, constam os da Estrada da Liberdade, Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Itapagipe, Alto do Peru e Fonte Nova.²⁴ Também se constituíram Comissões Populares Democráticas em Santo Antônio, Brotas, Rio Vermelho, Engenho Velho de Brotas, Capelinha, Nazaré, Tororó, Mares, Barbalho, São Caetano, Mont-Serrat, Fazenda Garcia, Cabula, Barris, Garcia, Alto Formoso, Mirante do Campo Santo, São Pedro, Santana e Vasco da Gama. Em 18 de junho de 1945, *O Momento* abriu uma seção dedicada ao noticiário das atividades dos Comitês Populares Democráticos da Bahia, além de trazer informações acerca da composição das Comissões e seus manifestos e programas. Assim, por meio dessa seção, foi possível colher dados para a realização deste estudo.

Composição social dos Comitês Populares Democráticos

Um ano e meio após a ascensão de Hitler na Alemanha, os comunistas, seguindo as orientações da Internacional Comunista, transformaram-se nos mais aguerridos defensores da unidade antifascista.²⁵

23 *O Momento*, 4 jun. 1945.

24 *O Momento*, 4 jun. 1945.

25 Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 149.

A partir do ataque nazista à União Soviética, não somente os partidos comunistas passaram a empenhar-se na mobilização pela União Nacional, como as forças democráticas e progressistas do mundo inteiro e setores muito diversificados da opinião pública internacional formaram um poderoso movimento de âmbito planetário voltado para derrotar as potências do Eixo.²⁶ No Brasil, por meio de organismos como a União Nacional dos Estudantes, a Sociedade Amigos da América, a Liga de Defesa Nacional e entidades patrióticas e estudantis existentes nos estados, foi construída uma frente única, a União Nacional para a Defesa da Pátria, que congregou os patriotas, os antifascistas, os liberais democratas, os comunistas, a burguesia, a classe média e o proletariado, em torno do governo, contra o nazifascismo.²⁷ Nesse sentido, o Secretariado Nacional do PCB se mostrou favorável à formação de uma frente popular e à ampliação das alianças possíveis, tendo em vista derrotar os integralistas. De acordo com Sena Júnior, os comunistas consideravam os setores liberais burgueses, de larga tradição oligárquica, conhecidos como autonomistas, como aliados fundamentais. O Partido Comunista, que aspirava assegurar seu espaço político legal, dificilmente poderia ignorar um segmento que tinha oferecido resistência ao Estado Novo e que tinha importantes quadros na Bahia, como Luiz Viana Filho, Nestor Duarte, Wanderley Pinho e tantos outros.²⁸ Portanto, após o triunfo sobre o nazifascismo na Segunda Guerra, o partido procurou preservar essa união policlassista, defendendo a “ordem e tranquilidade”, para a realização de eleições “livres e honestas” e a convocação da Assembleia Constituinte, procurando assegurar a consolidação da democracia.

A linha política de União Nacional foi seguida pelos Comitês Populares Democráticos. Em entrevista publicada no jornal *O Imparcial*, o comandante Roberto Sisson enfatizou a necessidade da inclusão, nas Comissões Democráticas, de todas as crenças e todas as classes “compatíveis com o ideal de uma pátria rica e forte, culta e democrática, livre e soberana”.²⁹ Logo, num Comitê Popular Democrático, deveriam aliar-se burgueses progressistas, classes médias, intelectuais, trabalhadores, “indiferentemente a seus credos políticos e religiosos, discutindo,

26 Anita Leocádia Prestes, *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*, São Paulo, Paz e Terra, 2001, p. 89.

27 João Falcão, *O Brasil e a Segunda Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*, Brasília, EdUnB, 1999, p. 21.

28 Sena Júnior, *O impasses da estratégia*, p. 217.

29 *O Imparcial*, 5 jun. 1945.

construtivamente, em assembleias conjuntas, os seus interesses comuns”. De acordo com Sisson, o Comitê não somente defenderia o programa imediato do processo democrático pacífico, como também promoveria reuniões conjuntas de industriais e operários, de comerciantes, empregados e clientes, de professores, pais e alunos, para a discussão sobre diversos temas. Dessa maneira, “não há campo para sectarismo, golpismo ou divisionismo num comitê popular onde se trabalhar de verdade”. Desse modo, os Comitês Populares Democráticos deveriam ser organismos policlassistas, na tentativa de manter a união nacional engendrada durante o Estado Novo e a Segunda Guerra, visando o combate ao integralismo e a consolidação da democracia entre a população dos bairros.

Assim sendo, mediante seus manifestos, os Comitês Populares Democráticos procuraram reunir pessoas das mais variadas categorias sociais. Segundo a proclamação da Comissão de Brotas,

sem distinguir classes, este Comitê convida os industriais, operários, negociantes, comerciários, médicos, engenheiros, bacharéis, estudantes, professores, domésticas e demais pessoas residentes em Brotas, qualquer que seja a sua condição social ou preferência partidária, para que se registrem neste Comitê Popular, dispostos a prestigiá-lo e engrandecê-lo com um trabalho inteiramente livre de preocupações subalternas.³⁰

O Comitê Popular da Fazenda Garcia seguiu os mesmos parâmetros, conforme seu manifesto:

A Comissão Organizadora, antevedendo a solução democrática dos problemas locais, que serão reajustados num bem organizado programa o qual constituirá o apanágio das reivindicações do bairro; solicita adesão de todos os moradores de qualquer classe ou condição social, de qualquer cor, sexo, crença ou partidarismo político, convidando-os para a sessão de instalação da grande Comissão Popular Democrática do Bairro da Fazenda Garcia.³¹

Seguindo a proposta, a composição social dos Comitês Populares Democráticos de Salvador parece ter sido bastante heterogênea. A Comissão

30 *O Momento*, 9 jul. 1945.

31 *O Momento*, 23 jul. 1945.

Popular do Alto do Peru contou, em sua formação, com a participação de pelo menos um portuário, dois estudantes e um operário.³² O Comitê Popular da Fonte Nova foi fundado, entre outras pessoas, por cinco estudantes e dois doutores cujas especialidades não foram mencionadas, “todos moradores da populosa zona”.³³ A comissão provisória do núcleo do Barbalho, segundo *O Momento*, era apoiada por advogados, médicos, comerciantes progressistas e democráticos, todos moradores do bairro, cujos nomes não foram especificados.³⁴ O Comitê Popular de Mont-Serrat foi o único que apresentou as profissões de todos os seus componentes, incluindo dois fazendeiros, dois construtores, seis comerciantes, três advogados, um dentista, dois médicos, dois estudantes, três comerciários, um corretor de seguros e um engenheiro.³⁵ O comício anti-integralista promovido pela Comissão Popular de Brotas teve como oradores dois estudantes, uma professora, uma advogada, um médico, um comerciário, um operário e um expedicionário, sendo o operário presidente do Comitê do Pelourinho e identificado como comunista o expedicionário Ariston Andrade.³⁶ Portanto, conforme a proposta, parece que os Comitês Populares Democráticos realmente atraíram pessoas das mais variadas categorias sociais, interessadas em discutir os problemas dos bairros.

Embora os Comitês Populares tenham procurado abarcar todas as categorias sociais, chama atenção a elevada quantidade de advogados e, sobretudo, de estudantes participando dessas organizações. De fato, os comunistas baianos tinham ganhado prestígio na Bahia e o respeito entre os liberais em razão de sua grande influência no movimento de massas de Salvador, principalmente entre a intelectualidade e o setor estudantil. Gustavo Falcón chega a apontar uma tolerância e até um acolhimento do comunismo pelas chamadas classes dominantes baianas. Essa “convivência pacífica” entre pecebistas e oligarcas pode ser explicada levando-se em consideração que muitos militantes do PCB eram oriundos dessas altas camadas, outros gozavam de prestígio profissional, vários eram jovens de muito talento. Então, no entender de Falcón, muitas ações da esquerda não eram apenas toleradas, como financiadas pela elite baiana. O autor cita como

32 *O Momento*, 4 jun. 1945.

33 *O Momento*, 4 jun. 1945.

34 *O Momento*, 2 jul. 1945.

35 *O Momento*, 16 jul. 1945.

36 *O Momento*, 16 jul. 1945. Sobre o presidente do Comitê do Pelourinho e Ariston Andrade, ver Falcón, *O Brasil e a Segunda Guerra*, p. 114.

exemplos os casos de João Falcão e Aristeu Nogueira, que obtinham recursos para as publicações partidárias com o alto comércio, e Fernando Santana, que frequentava reuniões da elite nos seus clubes sociais. Além disso, as bandeiras de luta giravam em torno de questões de grande apelo humanitário, de forte sentido social e de inegável conteúdo democrático, o que a princípio não parecia ofensivo às elites oligárquicas. Assim, os profissionais liberais, jornalistas, escritores e poetas ocupavam posição de prestígio na sociedade baiana dos anos 1940. Para Falcón:

Trata-se de um atributo dos mais importantes para se entender, na tradição barroca da Bahia, a respeitabilidade e o reconhecimento que desfrutavam não apenas os diplomados num curso superior, mas também os iniciados no mundo das letras, universos que quase sempre se tocavam e de onde seus interlocutores, médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, artistas de vários talentos se projetavam sobre uma sociedade quase ágrafa, pobre e mergulhada no contexto de uma cultura popular pouco afetada pelo plano dos de cima.³⁷

Seja como for, a maioria dos integrantes dos Comitês era formada por estudantes universitários, cuja ligação com o PCB pôde ser confirmada por meio do cruzamento das fontes. Aparentemente, a mobilização estudantil, ocorrida durante o Estado Novo, perdurou ao longo do pós-guerra, motivando a juventude a participar de organismos que se propusessem a defender a democracia, como era o caso dos Comitês Populares Democráticos. A UEB frequentemente fornecia sua sede para reuniões dos Comitês Populares. A partir de 1946, o PCB começou a concentrar seus esforços na criação de núcleos voltados para a organização da juventude, e os Comitês Populares Democráticos desempenharam um papel importante nesse processo.

Os Comitês Populares e a organização da juventude

Na tentativa de consolidação da sua legalidade, o PCB procurou estimular a organização da juventude, e mais particularmente a trabalhadora, orientada politicamente “no caminho da democracia e do desenvolvimento pacífico”. Em seu discurso proferido em agosto de 1945,

37 Gustavo Falcón, *Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*, Salvador, Edufba, 2008, p. 127.

Luiz Carlos Prestes salientou a necessidade de o partido saber interpretar as reivindicações dos jovens trabalhadores, de modo que os comunistas,

jovens ou não, que vivem entre os jovens, consigam ser os melhores e os mais ardorosos defensores da juventude, das suas reivindicações, de suas aspirações, por melhor educação, por divertimento e jogos desportivos. Por tudo isso, torna-se indispensável dar aos companheiros que trabalham com a juventude a maior atenção, rodeá-los do maior carinho e assegurar-lhes todo o apoio político e material do Partido.³⁸

Naquele momento vivido pelo PCB, Prestes acreditava que as organizações de jovens deveriam ser essencialmente de massa, e as mais amplas possíveis. Por isso não convinha desperdiçar esforços em qualquer organização específica de jovens comunistas. Nesse sentido, os Comitês Populares Democráticos deveriam ser instrumentos utilizados para organizar os jovens, dentro da “ordem e tranquilidade”, em defesa da democracia. Em 25 de fevereiro de 1946, *O Momento* publicou um apelo aos Comitês Democráticos, orientando-os a ter uma importante atuação no movimento juvenil baiano, auxiliando a Liga da Juventude Baiana, visando unificar, por intermédio de clubes juvenis de bairro, os jovens baianos. Era preciso criar, “o quanto antes”, departamentos juvenis, compostos de jovens moradores de bairro e fazer com que esses departamentos entrassem logo em comunicação com a direção da Liga da Juventude Baiana, o que seria feito por meio da organização de uma seção juvenil de futebol ou basquete. De acordo com o apelo, “essa é uma importante tarefa dos Comitês Populares Democráticos, e estes, como reais defensores da unificação e da organização do povo e da juventude, devem levar a cabo, com sucesso”.³⁹

Atendendo a essa orientação, a partir de 1946, os clubes juvenis começaram a se disseminar por Salvador, tendo se organizado os dos bairros de Nazaré, Plataforma, Barris, Barbalho, entre outros. Os Clubes Juvenis de Plataforma e do Barbalho realizaram festas em comemoração ao carnaval. O Comitê Democrático do Engenho Velho, acabando de preencher “uma de suas finalidades que é, entre muitas outras, dar diversão ao povo”, fundou o

38 Luiz Carlos Prestes, “Os comunistas na luta pela democracia”, in: *Problemas atuais da democracia*, [S.l.], Vitória, 1947, p. 121-163 <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/luta/index.htm>, acesso em 23 mai. 2009.

39 *O Momento*, 25 fev. 1946.

“Engenho Velho Football Club”.⁴⁰ A Liga da Juventude Baiana se colocou em reunião permanente na sede da União dos Estudantes da Bahia, no sentido de que os jovens de diversos bairros e empresas da capital viessem para fundar vários clubes em toda a cidade. Um membro da Liga lá estaria pronto para prestar qualquer esclarecimento a todo jovem que dele precisasse, para fundar um clube juvenil num bairro ou numa empresa.

O PCB já conhecia o potencial organizativo dos jovens, do qual tivera provas durante a luta pela redemocratização e a anistia aos presos políticos, durante o Estado Novo. A UEB, dirigida por estudantes baianos fortemente influenciados pelo ideário comunista, enviou uma mensagem ao então presidente Getúlio Vargas em 30 de maio de 1944, manifestando apoio às realizações de guerra do governo. Os estudantes da UEB reafirmaram que lutavam pela “unidade democrática de todo o povo” e “pela consolidação da União Nacional”, cobrando do governo uma ação enérgica contra a quinta-coluna. Explicitavam, dessa forma, objetivos antes apenas implicitamente admitidos, como a democratização do Brasil e a incorporação dos antifascistas, a maioria ainda encarcerada, nas fileiras da unidade democrática que se formava.⁴¹ Os estudantes, dessa maneira, retomavam com força a mobilização a favor de reivindicações há muito tempo abafadas, tornando-se personagens fundamentais no processo de redemocratização no país. Passada a ditadura estadonovista, o PCB agora buscava integrar os jovens em organizações de massa, entre as quais figuravam os Comitês Populares Democráticos. Esse esforço da agremiação é notado, em seus registros escritos, com maior intensidade a partir do início de 1946, num contexto em que já se podia perceber certo esvaziamento nos Comitês. Em janeiro daquele ano, Prestes fez uma declaração exortando a inclusão de jovens nas organizações de massa, visando solucionar esse problema:

Adiante, pois, camaradas, com os jovens que nunca ocuparam postos importantes, mas que mostraram capacidade de trabalho e de direção alcançada pelo próprio contato com as massas nos sindicatos ou no lugar em que trabalham! Precisamos acabar o quanto antes com a situação em que se encontram tantos de nossos Comitês e organizações onde todo o trabalho de direção está concentrado nas mãos de um número reduzidíssimo de pessoas, ou mesmo nas de um só camarada. Se a polícia nos ensinou, durante anos de perseguições, que para todo o companheiro que tomba

40 *O Momento*, 25 fev. 1946.

41 Sena Júnior, *Os impasses da estratégia*, p. 190.

surtem dezenas e centenas de outros na altura de substituí-lo, precisamos, agora, acabar definitiva e rapidamente em nosso Partido, com qualquer tendência aos homens providenciais, insubstituíveis ou indispensáveis.⁴²

Nesse sentido, organizar os jovens parecia ser a solução para o esvaziamento dos Comitês Populares e outros organismos ligados ao PCB, objetivando atrair futuros membros para o partido e descentralizar, das mãos de um número reduzido de pessoas, o trabalho de direção daqueles núcleos.

Os Comitês Populares e a participação feminina

As orientações para a implantação dos Comitês Populares enfatizavam a importância de se realizar um trabalho com as mulheres. De modo geral, as Comissões Democráticas dos bairros da capital baiana procuravam incentivar a participação feminina. Em decorrência dos papéis sociais que lhes couberam ao longo da história, eram as mulheres que tinham maior conhecimento de causa para denunciar a carestia de vida, a falta de escolas, entre outros problemas apontados com maior frequência pelos Comitês. Afinal, como declarou Prestes:

a mulher, como dona de casa, mãe e esposa, sente mais do que ninguém as terríveis consequências da crise que atravessamos, a carestia que torna cada vez mais difícil a vida do povo e da família e ninguém melhor do que a mulher para compreender o que há de justo em nossa atual linha política de ordem e tranquilidade, de luta pela democracia e contra os golpes “salvadores”.⁴³

Conforme Geoff Eley acrescenta, naquele contexto de crescimento da democracia, os partidos socialistas e comunistas sem dúvida trouxeram as necessidades femininas para o centro da cena política. Entretanto, a igualdade civil foi sempre sacrificada pela persistência de sistemas de discriminação econômica com base no gênero, cujos pressupostos paternalistas dominantes nunca deixaram de atribuir às mulheres um lugar dependente e subalterno. De acordo com o autor, “era como se todas as vezes

42 Luiz Carlos Prestes, “O PCB na luta pela paz e pela democracia”, in: *Problemas atuais da democracia*, p. 185-247, <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/01/04.htm>, acesso em 23 maio 2009.

43 Prestes, “Os comunistas na luta pela democracia”.

que a esquerda socialista se aproximasse do poder as normas de gênero estabelecidas sempre prevalecessem”.⁴⁴ Dessa maneira, a família era a referência primária da identidade política feminina. Por essa razão, as demandas das mulheres, feitas por meio dos Comitês Populares, eram predominantemente decorrentes de sua vivência no âmbito doméstico.

Conseqüentemente, por vezes, é possível conferir n’*O Momento* as falas de algumas mulheres que se interessaram em participar das Comissões Democráticas. Em evento no Comitê Popular do Alto do Peru, a senhora Noêmia Domiense Alves fez um pronunciamento em nome da mulher do bairro.⁴⁵ No Comitê Popular Democrático de Brotas, que continha uma ala feminina, a professora Mercês Contreiras exaltou o papel da educação e a necessidade de instalação de escolas nos bairros proletários.⁴⁶ Já a ala feminina do Comitê Popular Democrático da Fazenda Garcia era “quase outro Comitê menor desenvolvendo uma série de realizações e planejando outras tantas da maior importância para a população feminina local, principalmente do ponto de vista de proteção e assistência social às crianças do bairro”.⁴⁷

A ala feminina do Comitê da Fazenda Garcia também foi responsável por discutir e elaborar um projeto para os festejos de Natal de 1945, intitulado o “Natal do Menino Pobre”.⁴⁸ Em debate realizado nesse mesmo Comitê, a senhora Elza Naziazeno denunciou a existência, em sua rua, de um esgoto geral, com o cano quebrado. Perto desse esgoto, brincavam dezenas de crianças e lavadeiras trabalhavam. Em época de chuva, as enxurradas cavavam profundos buracos no leito da rua. Elza termina seu pronunciamento conclamando todas as mulheres presentes a lutarem pelas reivindicações mais sentidas pelos moradores, pois “a luta pelo extermínio da miséria em que vivem os bairros de nossa capital também era uma luta das mulheres”.⁴⁹

Na cidade de Salvador, em 15 de julho de 1945, foi lançado um “Manifesto das Mulheres Baianas contra o fascismo”, dia em que se realizou uma passeata de mulheres tendo à frente trabalhadoras têxteis. O manifesto

44 Geoff Eley, *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 439.

45 *O Momento*, 20 ago. 1945.

46 *O Momento*, 20 ago. 1945.

47 *O Momento*, 22 out. 1945.

48 *O Momento*, 5 nov. 1945.

49 *O Momento*, 18 fev. 1946.

se referia à participação feminina “na Liga de Defesa Nacional, pela redemocratização do país, na campanha de ajuda à FEB, na campanha pela anistia” e “participação nos comitês democráticos”.⁵⁰

O jornal *O Momento* conferiu uma ênfase interessante à participação destacada das donas de casa na campanha pela instalação de um açougue no bairro do Tororó. O Comitê Popular Democrático local, atendendo às necessidades dos moradores, comunicou a sua demanda perante a Comissão de Abastecimento. De acordo com o periódico:

Esta reivindicação foi vitoriosa graças ao esforço conjunto do comitê e de todos os moradores, principalmente das donas de casa que tomaram posição destacada na campanha. A Comissão de Abastecimento atendeu a esta justa reivindicação e o açougue no dia 31 — sexta-feira passada — com grande satisfação para os moradores daquele bairro que compreende a força que possui e as possibilidades que tem um povo unido e organizado.⁵¹

De acordo com João Reis e Márcia Gabriela Aguiar, em estudo sobre um motim contra a carestia na Bahia no ano de 1858, as mulheres das classes populares foram presença constante em movimentos desse tipo na Europa:

o que tem sido explicado como expressão de seu papel na cozinha, cuidando da comida da família, e no mercado, comprando essa comida. Daí os aumentos de preços e a sonegação da oferta dos produtos por especuladores serem assuntos diretamente relacionados com o universo feminino. Estudos recentes têm sugerido que elas também trabalhavam fora de casa, sobretudo nas cidades “protoindustriais” inglesas de médio porte. As negras na Bahia faziam tudo isso: trabalhavam na rua e em casa, compravam e ainda vendiam. Estavam, portanto, antenadíssimas nas oscilações do mercado.⁵²

De fato, ainda na Bahia de meados do século XX, as mulheres se viam especialmente envolvidas nas demandas relativas ao âmbito doméstico,

50 Ana Montenegro, *Mulheres — participação nas lutas populares*, Salvador, M&S, 1985, p. 23.

51 *O Momento*, 3 set. 1945.

52 João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar, “‘Carne sem osso e farinha sem caroço’: o motim de 1858 contra a carestia da Bahia”, *Revista de História*, 135 (1996), p. 135-159.

como a necessidade de se obter alimentação suficiente e de qualidade para a família.

Apesar de alguns nomes femininos vez por outra aparecerem nas listas de membros das Comissões com algum cargo dirigente, de modo geral, eram os homens que, em sua maioria, davam entrevistas e figuravam nas fotografias d'*O Momento* como os líderes dos Comitês Populares, desempenhando a maior parte de suas funções. Todavia, é possível que essa situação seja decorrente do fato de, tão logo a democracia foi restabelecida, após o Estado Novo, as mulheres terem se dedicado a organizar agremiações femininas, levantando questões mais específicas do gênero. Ana Montenegro afirma que, a partir de 1945, as mulheres participaram dos Comitês Democráticos e formaram também paralelamente os Comitês Femininos e outros grupos e organizações. Os nomes variavam muito, de Estado para Estado, de cidade para cidade e até de bairro para bairro. Na Bahia, por exemplo, o Comitê Democrático de Mulheres, que também lutava contra a carestia, centrou suas atividades na defesa dos lares de centenas de famílias despejadas nos bairros de Salvador.⁵³ Assim, a mobilização política feminina também podia ser percebida em outros organismos, similares aos Comitês Populares Democráticos de bairros.

recebido em 27/06/2012 • aprovado em 11/09/2012

53 Ana Montenegro, *Ser ou não ser feminista*, Recife, Guararapes, 1981, p. 65.